

XI ECOECO

VII Congreso Iberoamericano
Desarrollo y Ambiente

XI ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO
Araraquara-SP - Brasil

O PAPEL DE UMA AGENCIA DE ÁGUAS NO CENÁRIO HÍDRICO ESTADUAL

Maria bernardete Guimaraes (IEMA) - mbguimar@gmail.com
mestre engenharia ambiental



O PAPEL DE UMA AGÊNCIA DE ÁGUAS NO CENÁRIO HÍDRICO ESTADUAL

As Agências de Águas fazem parte da nova Política Nacional dos Recursos Hídricos, lei número 9.433 de 1997. As Agências foram criadas para dar apoio técnico e administrativo aos Comitês de Bacia Hidrográfica, fóruns de discussão e gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica. O presente trabalho analisa o gerenciamento das Agências de Bacia Hidrográfica existentes no Brasil e compara com o modelo Francês, em que foi inspirado. Este trabalho de conclusão do MBA em Gerenciamento de Projetos, analisa a aplicação dos processos de gerenciamento de projetos contidos no PMBOK, em sua quinta edição, a uma Agência de Bacia Hidrográfica. Analisa a gestão que ocorre na Agência, a cobrança e a aplicação dos recursos da cobrança do recurso hídrico e os indicadores de desempenho de uma Agência. Conclui-se que a adoção das boas práticas em gerenciamento de projetos contribui para o bom gerenciamento das Agências de Bacia Hidrográfica.

As Agências foram criadas para dar apoio técnico e administrativo aos Comitês de Bacia Hidrográfica. As seguintes agências foram selecionadas para a análise do gerenciamento: a ANA (, a AGB-PCJ, a AGB-Peixe Vivo (bacia do rio São Francisco), a AGEVAP (bacia do rio Paraíba do Sul), a AGB Alto Tietê-FABHAT e a APAC. Num primeiro momento foram analisadas as Agências de Bacias Francesas, por ter sido o nosso modelo baseado no modelo Francês, AGENCE DE L'EAU. Outros modelos como o Alemão e o Espanhol foram estudados também. O modelo atual brasileiro foi analisado considerando: O que é uma Agência? O que ela faz? Como gerencia seus projetos? Como é seu funcionamento? Como criar uma Agência? Quais suas competências? Como interage com o Comitê/Comitês e o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos? Como é o critério de avaliação? Quais são os indicadores de desempenho utilizados? Como são os contratos de gestão? Num segundo momento analisou-se os diferentes modelos de Agências de Bacias Hidrográficas criados e implantados no Brasil ou as entidades delegatárias das funções de Agência de Bacias, desde a promulgação da Política Nacional de Recursos Hídricos, lei 9.433 de 1997.

Num terceiro momento foram analisados os contratos de gestão da ANA -Agência Nacional de Águas com a Agência da bacia do rio Paraíba do Sul, a AGEVAP, contrato ANA com a Agência da Bacia do rio Doce- IBIO-DOCE; com a Agência da bacia do rio Peixe Vivo - AGB Peixe-Vivo; Agência PCJ e ABHA. Analisou-se o contrato, o programa de trabalho da Agência e as metas e os indicadores de monitoramento escolhidos assim como suas fórmulas. Também foram analisados os cronogramas financeiros e os relatórios anuais. Num quarto momento foram avaliados os processos de gerenciamento do PMBOK, 5ª edição, para as áreas de recursos humanos, custos, escopo, aquisições, qualidade, comunicação e riscos de uma Agência de Bacias, focando nas Agências já existentes no Brasil. Foram analisadas as ferramentas e técnicas mais adequadas aos vários processos e como ou se estão sendo utilizadas nas Agências existentes.

Ao analisar-se a aplicação das boas práticas do gerenciamento de projetos pelo PMBOK constatou-se que a utilização das ferramentas e técnicas em gerenciamento de projetos contribui para uma boa gestão do projeto. Conclui-se que para a elaboração dos contratos, sua execução e monitoramento é fundamental que os processos de boas práticas de gestão em gerenciamento do PMBOK sejam

seguidos. As resoluções de conflitos pelo uso da água , por exemplo, também requerem que boas práticas no gerenciamento da comunicação e dos recursos humanos sejam adotadas. No caso do gerenciamento de riscos a identificação dos riscos é fundamental para que medidas preventivas sejam adotadas e um plano de contingência seja elaborado. A participação dos Comitês de Bacia Hidrográfica neste processo é fundamental assim como manter um bom relacionamento , sintonia e interação, para garantir que as Agências possam desenvolver todas as competências constantes na lei federal 9.433 de 1997, Política Nacional dos Recursos Hídricos, e na lei da Política Estadual de Recursos Hídricos, contribuindo para uma melhor gestão de todo o Sistema Estadual e Nacional de Recursos Hídricos. Conclui-se que estas práticas de gestão constantes no PMBOK em sua quinta edição contribuem para que a aplicação dos recursos da cobrança dos recursos hídricos venham a contribuir para a melhoria da qualidade de água na bacia hidrográfica em que a população reside e para a melhor gestão deste recurso pelos órgãos que compõem o Sistema Estadual de Recursos Hídricos.